

## PREFÁCIO

Em nossa época o cientista precisa tomar consciência da utilidade social e do destino prático reservado às suas descobertas (Florestan Fernandes).

[...] tudo isso põe à frente o ideal de uma universidade aberta e democrática, fundida aos interesses da maioria, isto é, da massa da população pobre e trabalhadora. Esse é o desafio do fim do século 20 e da transição para o século 21 (Florestan Fernandes).

Oriundo da produção docente e de egressos/as do PPGSSDR, o livro que o leitor tem em mãos nos convida a apreciar os principais temas presentes no debate da profissão e da área das ciências humanas e sociais aplicadas.

Composto por dez capítulos, retrata a qualidade e a direção social do conhecimento que a pós-graduação em Serviço Social brasileira tem produzido, com destaque para temas candentes e inéditos que demandam uma análise rigorosa e crítica na perspectiva de subsidiar o trabalho profissional no âmbito das diversas políticas sociais e de diferentes espaços sócio-ocupacionais. Demonstra não apenas o quanto o Serviço Social, com sua formação generalista e crítica, vem aportando subsídios ao adensamento de temas relevantes a toda a sociedade, mas, sobretudo, quanto o PPGSSDR, nos seus tenros 10 anos de existência, tem contribuído para o amadurecimento desses debates, o que o coloca hoje numa posição de destaque e de reconhecimento regional e nacional no que tange à produção qualificada, inserção social e impacto na formação profissional, reconhecimento este expresso na elevação de sua nota na última avaliação da CAPES (2017-2020).

É notória a articulação entre a estrutura da obra e as linhas de pesquisa do Programa: 1) Desenvolvimento Capitalista e Formação Social Brasileira e 2) Serviço Social, Políticas Públicas e Formação Profissional, ao abordar os sujeitos sociais individuais e coletivos a quem se dirige o trabalho profissional, suas lutas e suas particularidades (estudantes, trabalhadores/as, mulheres, população negra, pessoas que estão nas ruas, movimentos sociais); os espaços sócio-ocupacionais mais representativos no mercado de trabalho; as políticas sociais atentando para a diversidade das populações atendidas como expressão da diversidade humana, à luz da Teoria Social de Marx e da tradição marxista. São temas totalmente sintonizados com os dilemas e desafios da sociedade brasileira em vários âmbitos da vida social.

O primeiro conjunto de temas coloca no centro os desafios no campo da educação, que reflete os projetos de pesquisa do Programa, com temas atuais e impostergáveis e nos

coloca a necessidade de pensar, tal como nos incita Fernandes, sobre qual é o destino prático (e político) reservado às nossas descobertas.

A educação brasileira, a pesquisa e a pós-graduação receberam o mais detonador golpe de todos os tempos com a ascensão de Michel Temer<sup>1</sup> como presidente ilegítimo, pós-golpe parlamentar-judiciário-midiático e, em seguida, com a eleição de Jair Bolsonaro. Isso não significa, conforme mostra o primeiro bloco de textos da coletânea, que nos governos do Partido dos Trabalhadores as políticas neoliberais tenham sido secundárias. Contudo, nos últimos anos, especialmente pós-golpe, a educação foi objeto de desmonte e descaracterização, ferida na sua essência e o seu desfinanciamento abriu o caminho da inviabilização da universidade pública, gratuita e de qualidade.<sup>2</sup> O fato é que os sistemáticos cortes na Ciência e na Tecnologia, o congelamento do número de bolsas e a ausência de verba para as políticas de permanência, como nos mostra o capítulo I da Coletânea, que conta com a *expertise* do grande pesquisador e intelectual professor Valdemar Sguissardi, ameaçam a pesquisa e a produção científica qualificadas e a formação de pesquisadores no Brasil. Nele, o autor problematiza de forma crítica e criativa, dentre outras análises importantíssimas, o processo de construção deste que é o mais desenvolvido projeto neoliberal para a educação, sua lógica e intencionalidade política, o Future-se, e o relaciona ao Modelo Multidimensional de Avaliação da CAPES, indicando o desmonte do sistema de produção científica e de formação de pesquisadores no país. Revela a lógica que permeia a formação pós-graduada à medida que as instituições universitárias e de pesquisa se convertem em empresas produtoras de valor e o saber em mercadoria ou *commodity*.

Os demais capítulos se orientam por essa lógica, expondo com excelente fundamentação, baseada nos clássicos do pensamento social, em especial Florestan Fernandes, Caio Prado Junior, Octavio Ianni e Antonio Candido, as características particulares da nossa formação econômico-social, política e cultural: o padrão dual de expropriação do excedente econômico, o padrão compósito de hegemonia burguesa que aqui se configurou, a particular inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial, sua trajetória periférica, colonial, escravista, com enfoque no trabalho assalariado e na superexploração da força de trabalho na condição de bases que conformam nossas

---

<sup>1</sup> A reportagem da rede Brasil de 20/08/2016 problematiza que com apenas 100 dias já se contempla o que este governo projeta para a educação. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/em-100-dias-temer-coloca-a-educacao-em-patamares-de-100-anos-atras-9014/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

<sup>2</sup> Em nota no dia 2 de agosto de 2018, o Jornal Esquerda Diário anuncia que a CAPES lançou um ofício expondo que “[...] em razão do financiamento previsto para o ano de 2019 [ainda menor que para o ano de 2018], aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), haverá corte de centenas de milhares de bolsas de pós-graduação no ano que vem. Disponível em: <https://esquerdadiario.com/URGENTE-segundo-CAPES-os-cortes-de-Temer-extinguira-bolsas-de-pos-graduacao>. Acesso em: 18 abr. 2023.

classes sociais e os tomam como fundamentos explicativos da atual configuração das expressões do que nossa literatura denomina “questão social”. São estes os fundamentos que estruturam e explicam a sociedade brasileira, que constituem as distintas e interessantes hipóteses que orientam a Coletânea. São esses traços peculiares ao Brasil que atravessam todo o livro, estruturando cada um dos seus capítulos e dando à Coletânea sua unidade, como síntese de múltiplas determinações.

Nessa direção, os textos nos mostram determinações particulares que constituem o modo de ser da sociedade brasileira. As relações de dominação mercantil, colonialista e imperialista que articulam nosso projeto de nação e o papel do Estado burguês e suas formas autocráticas de poder, as quais se expressam no modelo de financeirização que aqui se constitui, refratando-se nas políticas públicas, com destaque para a educação. O capítulo II, de autoria de Abrahão, Pereira e Ferreira, analisa, a partir das características do processo de financeirização brasileiro, que se relaciona com a apropriação do fundo público, a expansão dos conglomerados que exploram o setor de Ensino à Distância (EaD), enfatizando os desafios à formação em Serviço Social, cuja contribuição na perspectiva de fornecer dados concretos ao debate coletivo das entidades, dos cursos e pesquisadores/as sobre os impactos e desafios da financeirização da educação na nossa formação profissional, é inquestionável.

O capítulo III, de autoria de Barboza, Cruz, Ferreira e dos Santos, analisa a utilização estratégica e política da coerção estatal no modo de produção capitalista e a sua característica substancial no caráter dependente estrutural dos países latino-americanos. O trabalho nos possibilita apreender, na formação social brasileira, quais as mediações históricas para compreendermos o processo de fascistização que se potencializou no cenário brasileiro a partir do golpe de 2016.

Na mesma direção, percorrendo os traços que caracterizam a dominação burguesa e seus procedimentos autocráticos, o capítulo IV, de autoria de Lima, Paquiella e Queiroz, enfrenta uma temática urgente. Analisa e denuncia o processo de fascistização e militarização das estruturas de poder da sociedade, que recebeu reforço no governo de Jair Bolsonaro. Ainda sob a ótica de Florestan Fernandes, analisam a militarização da vida nacional incidindo na política de educação, com a expansão das escolas cívico-militares que fazem parte de um projeto de educação que vem avançando e se fortalecendo sistematicamente, que encontra eco na sociedade brasileira, corroendo por dentro qualquer perspectiva de uma educação emancipada e emancipadora.

Ao considerar fenômenos histórico-sociais de longa duração, autores e autoras dão contemporaneidade aos traços que marcam a nossa tradição econômica e político-cultural, explicitando interesses e forças sociais que fazem parte desse determinado modo de desenvolvimento capitalista: o capitalismo periférico, dependente, selvagem: "[...] um capitalismo que associa luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbrio e opressão de outro" (Fernandes, 1976, p. 304).

Nessa direção se situa o capítulo V, de autoria de Rodrigues e Pereira, cujo foco é problematizar a ética peculiar do trabalho que no Brasil é marcada pela racialização, pela violência, pela dominação externa e pelo coronelismo, o que lhes permite questionar o que denominam de “naturalização e a ontologização do trabalho”, como forma de obnubilar sua subsunção ao capital.

É *mister* considerar que todos os textos evidenciam a dialética entre passado/presente, arcaico/moderno, desenvolvimento desigual e combinado, como o movimento dialético constituinte e constitutivo da sociedade brasileira, através do qual os traços tradicionais da nossa formação se mesclam com as determinações do modelo hegemônico de capitalismo na atualidade.

Mostram o Brasil tal como é: “[...] uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social” (Ianni, 1992, p. 92), que se expressa na divisão social, sexual e racial do trabalho debatida em vários capítulos que tratam a diferença salarial entre homens e mulheres, entre negros e não negros, definindo, assim, o lugar ou o não lugar da mulher na sociedade e no espaço urbano, conforme aborda o capítulo VI de autoria de Novaes, Helfreich e Petrone.

Nesta relação entre passado-presente, o capitalismo dependente e subordinado, para manter a exclusão da maioria da população, apela para as mais diversas formas de violência física e espiritual, produzindo amplas e diversas formas de opressão, discriminação e preconceitos.

O processo de “neoliberalização” econômico-social brasileiro, os ajustes macroeconômicos, o novo regime fiscal instituído pela EC 95, que impõem limites aos gastos públicos, somados aos antigos traços próprios de um capitalismo dependente e de um Estado autocrático, reverberam em todas as políticas sociais, incidindo sobre a ampliação do contingente de trabalhadores e desempregados que se situam abaixo da linha de pobreza. Decorre daí o drástico aumento da população em situação de rua, que não é nem um epifenômeno (posto que necessita ser recorrentemente ocultado por políticos e gestores públicos) nem mesmo um fenômeno oriundo do período pandêmico ou pós-

pandêmico, mas resultado do antagonismo inerente às relações sociais das sociedades em que a riqueza social é apropriada privadamente. Como mostra o capítulo VII, de autoria de Mauriel, Silva e Silva, a reprodução dessa população é “componente estrutural da sociedade capitalista”. A criminalização dos pobres e a sua eliminação, não apenas pela via da “política de extermínio”, mas muitas vezes pela opção de deixá-los a cargo de si, seguem como tendência das relações sociais determinadas pelas contradições da relação capital x trabalho, que requisitam um complexo processo de reprodução da vida social, no qual as políticas públicas sociais ocupam lugar estratégico. Contudo, cabe precisar qual é o modelo de políticas sociais que aqui se configura: focalizada, meritocrática, fragmentada, seletiva sem qualquer traço de universalidade, com inequívoco caráter clientelista, de favor e de apadrinhamento, características próprias da nossa formação socioeconômica e da cultura política do país, que as aprisionam, notadamente, a Política de Assistência Social. Esta, espaço privilegiado do trabalho profissional, tem sido palco de profundas transformações no que diz respeito ao seu *modus operandi*, dentre elas, a tendência a requisitar intervenções desespecializadas e desprofissionalizadas, especialmente no período emergencial no qual, diante de um apelo humanitário, todos/as deveriam ser responsáveis por tudo. Contudo, esta tendência de desespecialização, acompanhada da tecnologização do trabalho profissional (Guerra, 2016), não nasce com a pandemia, mas resulta das transformações no trabalho oriundas da combinação entre a reestruturação produtiva, financeirização do capital e ajustes neoliberais, de modo que é preciso contrarrestar esse argumento e buscar as estratégias coletivas de enfrentamento do que Oliveira e Ramos, no capítulo VIII, questionam como requisições indevidas (im)postas às assistentes sociais.

Na perspectiva de manter o processo de produção capitalista, o Estado autocrático burguês instrumentalizado pela burguesia, formula um conjunto de leis que se originam da base real que são as relações sociais de produção, tornando hegemônicas noções de direito e justiça que sejam funcionais à reprodução do capital. Este é o cerne do capítulo IX, de autoria de Oliveira, Sousa e Oliveira, que busca apreender na produção da categoria profissional os conteúdos das noções de direito e justiça dentre as assistentes sociais que atuam nas instituições sociojurídicas, identificando a prevalência de uma concepção positivada que expressa na profissão o avanço de um conservadorismo reacionário.

O capítulo X também problematiza, na atual fase do capitalismo, o crescimento de perspectivas ultraconservadoras e sua afinidade com a lógica da reprodução material e ideológica da sociedade burguesa, indicando a relação intrínseca entre neoliberalismo, ascensão da extrema direita e neofascismo. Analisando a produção teórica da profissão, as

autoras Farage e Dias identificam lacunas no que se refere à articulação teórico-prática junto aos movimentos sociais e à ausência de debates sobre educação popular, desafios que em tempos ultraconservadores são inadiáveis, requisitando atenção dos vários segmentos da categoria profissional e das nossas entidades organizativas.

Embora todos os textos da coletânea tenham indicado de maneira mais ou menos direta as estratégias de resistência, entendemos que os debates e embates aqui travados, pelo seu caráter ontológico de ir aos fundamentos e sua perspectiva crítica radical, os convertem em instrumento, em meio imprescindível àqueles que fazem da crítica seu modo de indignação e de denúncia (Marx, 2010), tendo como horizonte estratégico fornecer subsídios às lutas anticapitalista, antirracista, antissexista, anticapacitista, antietarista, antiLGBTQIA+fóbica, o que torna a Coletânea uma leitura necessária.

Ao findar estas breves considerações, não poderia deixar de consignar minha gratidão pelo privilégio dessa interlocução e de poder partilhar do PPGSSDR como um rico espaço de trabalho intelectual, estendendo meus agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ, que me concedeu Bolsa de Pesquisadora Visitante, à minha supervisora, grande estimuladora, professora Larissa Dahmer Pereira e, evidentemente, às queridas alunas que me acompanharam neste agradável percurso.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2023.

*Yolanda Guerra*

Pesquisadora Visitante do PPGSSDR/UFF  
Bolsista da FAPERJ 2022-2024

## **Referências**

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1975.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

GUERRA, Y. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A (Orgs.). **Cenários: contradições e peijas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel; e Introdução**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.